



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Exercício findo em 31 de março de 2024



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Tereos Commodities do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tereos Commodities do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tereos Commodities do Brasil S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de julho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC SP-221749/O



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Exercício findo em 31 de março de 2024



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Notas	Exercício findo em	
		31 de março de 2024	31 de março de 2023
Receitas	3	1.785	2.100
Despesas de distribuição	4	(1.815)	(1.360)
Despesas gerais e administrativas	4	(3)	(663)
Lucro (prejuízo) operacional		(33)	77
Despesas financeiras		(2.056)	(1.847)
Receitas financeiras		310	346
Despesa financeira líquida	5	(1.746)	(1.501)
Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos		(1.779)	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social	6	(120)	(76)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO		(1.899)	(1.500)
(Em R\$)			
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído		(0,1899)	(0,1500)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DA
TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(1.899)	(1.500)
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(1.899)	(1.500)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

		Em	
(EM MILHARES DE R\$)	Notas	31 de março de 2024	31 de março de 2023
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.505	4.238
Contas a receber	8	1.785	2.100
Outros ativos financeiros circulantes	7	8	1.769
Impostos de renda a recuperar - circulantes	6	121	194
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		6.419	8.301
Impostos diferidos	6	103	139
Outros ativos financeiros – não circulantes	7	1.769	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.872	139
TOTAL DO ATIVO		8.291	8.440
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	7	833	950
Outros passivos financeiros circulantes	7	456	562
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.289	1.512
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	8	13.622	11.649
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.622	11.649
TOTAL DO PASSIVO		14.911	13.161
Capital social	9.1	10.000	10.000
Reservas (prejuízos acumulados)		(16.620)	(14.721)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(6.620)	(4.721)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.291	8.440

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Para os exercícios findos

(EM MILHARES DE R\$)	Capital social	Reservas (prejuízos acumulados)	Total do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2022	10.000	(13.221)	(3.221)
Lucro (prejuízo) líquido	-	(1.500)	(1.500)
Em 31 de março de 2023	10.000	(14.721)	(4.721)
Lucro (prejuízo) líquido	-	(1.899)	(1.899)
Em 31 de março de 2024	10.000	(16.620)	(6.620)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Notas	Exercício findo em	
		31 de março de 2024	31 de março de 2023
Lucro líquido (prejuízo)		(1.899)	(1.500)
Imposto de renda e contribuição social	6	120	76
Despesas (receitas) financeiras líquidas		1.692	1.448
Impacto das variações no capital circulante		108	331
<i>Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outras contas a receber</i>		315	432
<i>(Redução) aumento em contas a pagar</i>		(117)	20
<i>Redução (aumento) em contas de capital de giro</i>		(90)	(121)
Caixa gerado (aplicado) nas operações		21	355
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36)	(2)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(15)	353
Juros financeiros recebidos		296	346
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		296	346
Juros financeiros pagos		(1.988)	(1.794)
Varição em passivos financeiros com partes relacionadas		1.973	1.766
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15)	(28)
Varição em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		267	671
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 1 de abril	7	4.238	3.567
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 31 de março	7	4.505	4.238
Varição em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		267	671

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Índice

1. Informações sobre a Companhia e práticas contábeis	8
2. Principais práticas contábeis	10
3. Receitas	12
4. Despesas por natureza.....	12
5. Resultado financeiro líquido	12
6. Imposto de renda.....	13
7. Ativos e passivos financeiros.....	14
8. Partes relacionadas	16
9. Patrimônio líquido	16
10. Provisões	17
11. Gestão de Riscos	17
12. Eventos subsequentes	17

1. Informações sobre a Companhia e práticas contábeis

1.1 Informações sobre a Companhia

A Tereos Commodities do Brasil S.A. (“TCB” ou “Companhia”) é uma companhia brasileira, constituída em 21 de março de 2017 segundo as leis brasileiras, tem como objeto social e atividade preponderante comercialização, importação e exportação de açúcar e seus subprodutos e prestação de serviços logísticos.

A Companhia é uma controlada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

Sede social: Avenida Brigadeiro Faria Lima 1663, 7º andar – São Paulo - SP - Brasil.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2024 foram preparadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em reunião realizada em 19 de julho de 2024.

1.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – “IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em 31 de março de 2024.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Para a preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos pelo CPC.

As práticas contábeis descritas nas notas explicativas, com exceção da alteração na política contábil descrita na nota 5.2, são consistentes com as práticas aplicadas pela Companhia para o ano fiscal findo em 31 de março de 2023. As atualizações ao IAS 1/CPC 26 (R1) (Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação das práticas contábeis), IAS 12/CPC 32 (Tributos Sobre o Lucro) e IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro), obrigatoriamente aplicados no ano fiscal que inicia após 1 de janeiro de 2023, não apresentam impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os métodos contábeis descritos a seguir foram consistentemente aplicados a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e de forma uniforme em todas as entidades do Grupo Tereos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

O exercício social da Companhia vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2024 sem adoção antecipada pela Companhia

Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2024 podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma ou Interpretação	Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações ao IAS 1 (CPC 26 (R1))	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação dos passivos circulantes e não circulantes atrelados a covenants	01/01/2024
Atualizações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2))	Arrendamentos – Transação de Venda e Retroarrendamento	01/01/2024
Atualizações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) & IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024
Atualizações ao IAS 21 (CPC 02 (R2))	Falta de permutabilidade	01/01/2025

* Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data

1.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras do Companhia, a administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências.

Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 poderão ser alteradas posteriormente.

A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Nota	Estimativa	Natureza da divulgação
Nota 6	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais.
Nota 7	Ativos e passivos financeiros	Premissas utilizadas para determinar o valor justo das diversas categorias dos instrumentos financeiros.

2. Principais práticas contábeis

2.1 Ativos financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) fornece uma abordagem única para a classificação e mensuração de ativos financeiros, com base nas características do instrumento financeiro e na intenção da administração da Companhia com os seguintes resultados:

- ativos financeiros com fluxos de caixa que são representativos do pagamento de principal e juros apenas são mensurados pelo custo amortizado se forem administrados exclusivamente para fins de cobrança desses fluxos;
- em outros casos, os ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto por instrumentos patrimoniais (participações societárias, etc.) não mantidos para negociação e com alterações no valor que, na eleição, afetam “outros resultados abrangentes”.

O impacto desses princípios nos ativos é refletido da seguinte forma no balanço patrimonial da Companhia:

Os ativos financeiros incluem as seguintes categorias contábeis: aplicações financeiras e recebíveis.

Na data de aquisição, a Companhia determina a classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Os créditos comerciais e outros recebíveis e empréstimos são registrados pelo custo amortizado, o qual corresponde ao seu valor nominal. A parcela de contas a receber e empréstimos não cobertos por seguro de crédito dá origem ao registro de uma perda por redução ao valor recuperável tão logo os recebíveis são registrados, até as perdas esperadas no vencimento. Isso reflete a probabilidade de inadimplência das contrapartes e a taxa de perda esperada, avaliada, conforme apropriado, com base em estatísticas históricas, informações fornecidas pelas agências de relatórios de crédito ou classificações dadas pelas agências de classificação.

Quando o prazo de vencimento dos créditos e recebíveis é superior a um ano, seus valores são descontados, cujos efeitos são reconhecidos no resultado financeiro líquido, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis são testados para *impairment*. Esses ativos estão deteriorados se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, desde que haja indícios de perda de valor. A perda de valor é registrada na demonstração do resultado.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem valores disponíveis, depósitos bancários, depósitos de curto prazo (resgatáveis no prazo de até três meses da data de aquisição) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações no mercado aberto que apresentam liquidez imediata e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor.

2.3 Passivos financeiros

Esta categoria inclui:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial;

Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado

Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com o método da Taxa de juros efetiva "TJE".

De acordo com as políticas contábeis do Grupo Tereos, a Tereos Commodities do Brasil S.A. classifica os juros pagos nas atividades de financiamento em suas demonstrações dos fluxos de caixa.

Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade - como no caso de um passivo com derivativo embutido - a Companhia registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro.

2.4 Impostos sobre a renda

Impostos sobre a renda apresentados na demonstração do resultado inclui a despesa/receita de imposto de renda corrente e diferido.

Imposto de renda corrente

Calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido antes dos impostos apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis, respectivamente, em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis.

O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício.

Imposto de renda diferido

Segundo a IAS 12 "Income Taxes" (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado.

Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Companhia.

Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que a Companhia atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis.

Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente.

3. Receitas

O detalhamento da receita líquida é apresentado como segue:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Receita de serviços	1.785	2.100
RECEITAS	1.785	2.100

4. Despesas por natureza

A análise de despesas por natureza é descrita a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Despesas gerais e administrativas	(1.815)	(1.360)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3)	(663)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS POR DESTINO	(1.818)	(2.023)
Despesas externas	(473)	(751)
Despesas com pessoal	(1.346)	(1.265)
Outros	1	(7)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	(1.818)	(2.023)

5. Resultado financeiro líquido

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Despesa de juros	(1.973)	(1.766)
Outras despesas financeiras	(83)	(81)
Despesas financeiras	(2.056)	(1.847)
Receita de juros	288	329
Outras receitas financeiras	22	17
Receitas financeiras	310	346
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(1.746)	(1.501)

6. Imposto de renda

6.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado

A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Imposto de renda corrente	(85)	(12)
Imposto de renda diferido	(35)	(64)
TOTAL	(120)	(76)

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Lucro (prejuízo) líquido	(1.899)	(1.500)
Receita (despesa) de imposto de renda	(120)	(76)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(1.779)	(1.424)
<i>Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	605	484
Prejuízos fiscais não reconhecidos como impostos	(642)	(548)
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	(83)	(12)
Ajustes para conciliar imposto de renda	(725)	(560)
IMPOSTO DE RENDA EFETIVO	(120)	(76)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda</i>	<i>7%</i>	<i>5%</i>

6.2 Imposto de renda no balanço patrimonial

A posição do imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Imposto de renda corrente ativo	121	194
Total do imposto de renda corrente	121	194
Imposto de renda diferido ativo	103	139
Total do imposto de renda diferido	103	139

6.3 Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos como ativos

Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos nas demonstrações financeiras somam R\$ 5.692 em 31 de março de 2024 (R\$ 5.050 em 31 de março de 2023), de acordo com as principais práticas contábeis descritas na nota 2.4.

7. Ativos e passivos financeiros

7.1 Ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2024

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.1.1	-	4.505	4.505
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	8	1.785	-	1.785
Outros ativos financeiros circulantes	7.1.2	8	-	8
Total dos ativos financeiros circulantes		1.793	4.505	6.298
Outros ativos financeiros não circulantes	7.1.3	1.769	-	1.769
Total dos ativos financeiros não circulantes		1.769	-	1.769
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS		3.562	4.505	8.067

Em 31 de março de 2023

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.1.1	-	4.238	4.238
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	8	2.100	-	2.100
Outros ativos financeiros circulantes	7.1.2	1.769	-	1.769
Total dos ativos financeiros circulantes		3.869	4.238	8.107
Total dos ativos financeiros não circulantes		-	-	-
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS		3.869	4.238	8.107

7.1.1 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa líquido apresentado na demonstração dos fluxos de caixa é descrito a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldos bancários	55	2.494
Aplicações financeiras	4.450	1.744
Caixa e equivalentes de caixa	4.505	4.238

7.1.2 Outros ativos financeiros circulantes

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Impostos a recuperar	-	1.769
Encargos a recuperar	8	-
Outros ativos financeiros circulantes	8	1.769

7.1.3 Outros ativos financeiros não circulantes

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Impostos a recuperar	1.769	-
Outros ativos financeiros não circulantes	1.769	-

7.2 Passivos financeiros

As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2024

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar		833	-	833
Outros passivos financeiros circulantes	7.2.1	456	-	456
Total dos passivos financeiros circulantes		1.289	-	1.289
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	8	13.622	-	13.622
Total dos passivos financeiros não circulantes		13.622	-	13.622
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS		14.911	-	14.911

Em 31 de março de 2023

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar		950	-	950
Outros passivos financeiros circulantes	7.2.1	562	-	562
Total dos passivos financeiros circulantes		1.512	-	1.512
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	8	11.649	-	11.649
Total dos passivos financeiros não circulantes		11.649	-	11.649
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS		13.161	-	13.161

7.2.1 Outros passivos financeiros

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Impostos a pagar	56	48
Encargos a pagar	392	499
Outros	8	15
Outros passivos financeiros	456	562

8. Partes relacionadas

Foram realizadas transações com as seguintes empresas:

(EM MILHARES DE R\$)	Vendas		Compras	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades controladoras da Companhia				
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	281	244
NewCo Tereos Internacional (BR) Ltda	-	-	122	316
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
Tereos Commodities France	1.785	2.100	-	-

(EM MILHARES DE R\$)	A receber		A pagar	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades controladoras da Companhia				
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	257	244
NewCo Tereos Internacional (BR) Ltda	-	-	222	316
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
Tereos Commodities France	1.785	2.100	307	307
Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.	-	-	-	4

8.1 Transações financeiras com partes relacionadas

As principais transações financeiras foram realizadas com as seguintes empresas:

(EM MILHARES DE R\$)	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Entidades que controlam a Empresa				
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	13.622	11.649

Nenhum valor de juros foi pago ou recebido de partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023.

Os passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:

(EM MILHARES DE R\$)	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	(13.622)	(11.649)
TOTAL DA DÍVIDA LÍQUIDA COM PARTES RELACIONADAS	(13.622)	(11.649)

9. Patrimônio líquido

9.1 Capital social

(EM MILHARES DE R\$)	Quantidade de ações	Capital emitido
Saldo em 31 de março de 2022	10.000.000	10.000
Saldo em 31 de março de 2023	10.000.000	10.000
Saldo em 31 de março de 2024	10.000.000	10.000

9.2 Lucro (prejuízo) por ação

O número médio de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro por ação é de 10.000.000 ações no exercício encerrado em 31 de março de 2024.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023, o lucro (prejuízo) diluído por ação é o mesmo que o básico. O lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 foi de (R\$ 0,1899) e (R\$ 0,1500), respectivamente.

9.3 Dividendos propostos e pagos

De acordo com a legislação mencionada no parágrafo anterior, os acionistas têm direito de receber a título de dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro anual líquido (lucro líquido atribuível aos proprietários da Controladora) ajustado pelos seguintes itens: (i) constituição da reserva legal; (ii) movimentações na provisão para contingências; (iii) reserva de incentivos fiscais; e (iv) realização da reserva de lucros a realizar.

O cálculo do dividendo mínimo é baseado no resultado líquido da Companhia e a distribuição é permitida apenas se as reservas no patrimônio forem positivas. Considerando que as reservas em 31 de março de 2024 são negativas, nenhum pagamento mínimo será proposto à assembleia de acionistas.

10. Provisões

A Companhia não figura como polo passivo em processos de natureza tributária e cível e a Administração não tem conhecimento de litígios com riscos significativos que possam afetar o resultado ou a posição financeira e patrimonial da Companhia e que não tenham sido provisionados em 31 de março de 2024.

11. Gestão de riscos

A gestão de riscos de capital é feita localmente pela Administração da Companhia, que é uma controlada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. e ambas possuem os mesmos administradores. Desta forma, a Administração reforça o comprometimento de seus acionistas com a continuidade operacional da Companhia e, em caso de necessidade emergencial de recursos com acesso limitado ao mercado de capitais, os acionistas realizariam uma operação de aporte de capital para honrar seus compromissos de curto prazo.

12. Eventos subsequentes

Nenhum.